

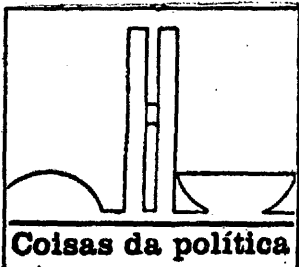
O presidente e a porta 26 DEZ 1986

Sarney

Luiz Orlando Carneiro

O presidente Sarney, como se sabe, é um homem de fé, otimista, cordial e, para não fugir à regra da maioria do povo brasileiro, tem lá suas superstições. A mais conhecida delas é a de que só sai pela mesma porta por onde entra, em qualquer circunstância.

Ora, no fim do ano passado, procurava uma saída heróica — e portanto heterodoxa — para fixar sua personalidade como chefe de Estado e sua competência como chefe do Governo da Aliança Democrática, constituído em torno do invencível, porém mortal, Tancredo Neves. Em fevereiro, surpreendeu a nação com o Plano Cruzado, sendo logo elevado ao andor de uma popularidade jamais alcançada por qualquer outro presidente da República. De lá até cá, a história é mais do que conhecida.



Coisas da política

Um ano depois, o presidente Sarney procura sair bem pela porta por onde entrou, mas tem agudo senso político para saber que a porta foi bloqueada por obstáculos vários: o consumismo, a agiotagem, a politicagem dentro e fora do governo, a crise cambial, a vitória avassaladora da legenda do PMDB, a radicalização orquestrada pela CUT e pelo PT, a expectativa tipo pedra filosofal da Constituinte, o desabastecimento, o desinvestimento, a perspectiva de uma inflação reprimida a ser domada ninguém sabe como, a penosa negociação da dívida externa, apesar de sinais aparentemente verde-amarelos do FMI e do Clube de Paris etc. e tal.

Se a porta está bloqueada ou mudou de lugar, o presidente é bastante sagaz para tentar desbloqueá-la ou construir uma outra, no mesmo lugar, embora mais ortodoxa. O relançamento da idéia do pacto social, que os mais pragmáticos preferem chamar de trégua, expõe o ministro Almir Pazzianotto. As concessões salariais, das quais o 13º salário para os funcionários públicos estatutários acrescenta aos bigodes presidenciais a barba de papai noel, são tentativas de reatamento das relações entre o governo e a baixa classe média, há muito indignada por pagar contas e subsídios, e que se tornou presa fácil das tropas de choque ideológicas responsáveis pelo “badernaço” de Brasília e pela “greve geral de Itararé”.

O que se começa a perguntar, dentro do próprio governo, é se o ministro Funaro e sua equipe — até ontem donos da situação — estão-se rendendo a evidências políticas, penitenciando-se

de uma postura acima do bem e do mal, e se o presidente — que é político profissional há muitos anos e costuma dar tempo ao tempo — prepara-se para construir um portal político pelo qual, em fevereiro, possa reaparecer com a popularidade e o prestígio necessários para influir na Constituinte e, em particular, no processo de sua própria sucessão.

Há quem, no governo, aceite falar não de uma reforma ministerial em fevereiro, mas de uma “renovação ministerial”. É um truismo dizer-se que o ministério pertence ao presidente. Mas, por isso mesmo, não se pode esquecer que não cabe ao presidente apoio a seus ministros, mas sim, exatamente, o contrário. Vale registrar que o ministro Marco Maciel, por exemplo, dado como morto durante a ressaca da vitória do PMDB, conseguiu, juntamente com os ministros Bornhausen, Antônio Carlos Magalhães — e agora com o ministro Aureliano Chaves —, fazer o PFL ficar quieto no aprisco do governo. Fingiu-se de morto mas, pelo que se sabe, está mais vivo do que nunca. Não se deve também desprezar a franqueza de Aureliano Chaves que, chegando de viagem, falou em alto e bom som: “A alma do presidente Sarney é o PFL.”

Pelo que se percebe no Planalto, janeiro será um mês eminentemente político, no sentido inglês da palavra *politics*. O Executivo não pretende perder o controle do Congresso/Constituinte, e procurar cooptar o venerável Ulysses Guimarães para mais um “sacrifício”, ou seja, dedicar-se de corpo e alma à presidência da Constituinte, trabalho que exigirá pulso firme e respeitabilidade, a fim de que se reduzam às suas devidas proporções o patrulhamento e a “piquetagem” que já estão armando as organizações e grupos radicais.

Brasília, como já se viu na votação das diretas-já, em 1984, e no “badernaço” de novembro, é tão vulnerável a pedras e grupos de pressão como a “cristaleira” do Palácio do Planalto. Os tanques do Exército já deram sinal de vida para permitir que o presidente se deslocasse do Palácio para a catedral, e para que Volta Redonda, a Central do Brasil e o entroncamento rodoviário federal no Estado do Rio não fossem paralisados. A Constituinte, segundo alta fonte do governo, será “protegida”, na linha da Constituição vigente (“garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”).

Quanto à presidência da Câmara, tendo em vista a flagrante inconstitucionalidade da reeleição (art. 30, parágrafo único, letra F), já se começa a falar na possibilidade de negociação de um *tertius*. O deputado Fernando Lyra radicalizou o processo em cima do notável Ulysses Guimarães, ocupou espaço “no peito e na raça”, aproveitando-se do alto índice de renovação da Câmara. Mas se o Executivo tiver realmente respaldo político naquela Casa, Lyra não ganha.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília